



University of
Texas Libraries



e-revist@s

Sumários.org



Centro Unversitário Santo Agostinho

revistafsa

www4.fsnet.com.br/revista

Rev. FSA, Teresina, v. 21, n. 4, art. 10, p. 200-223, abr. 2024

ISSN Impresso: 1806-6356 ISSN Eletrônico: 2317-2983

<http://dx.doi.org/10.12819/2024.21.4.10>

DOAJ DIRECTORY OF
OPEN ACCESS
JOURNALS

WZB
Wissenschaftszentrum Berlin
für Sozialforschung



Zeitschriftendatenbank



Propostas para a IV Conferência Nacional de Juventude: Direito ao Desporto e Lazer

Proposals for the IV National Youth Conference: Right to Sport and Leisure

Victor Hugo Nedel Oliveira

Doutor em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
Professor do Programa de Pós-Graduação em Geografia e do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul
E-mail: victor.nedel@ufrgs.br

Endereço: Victor Hugo Nedel Oliveira
UFRGS – Av. Bento Gonçalves, 9500, prédio 43.136,
gabinete 216, Agronomia, CEP: 91.509-900, Porto
Alegre/RS, Brasil.

**Editor-Chefe: Dr. Tonny Kerley de Alencar
Rodrigues**

**Artigo recebido em 04/01/2024. Última versão
recebida em 23/01/2024. Aprovado em 24/01/2024.**

**Avaliado pelo sistema Triple Review: a) Desk Review
pelo Editor-Chefe; e b) Double Blind Review
(avaliação cega por dois avaliadores da área).**

Revisão: Gramatical, Normativa e de Formatação



RESUMO

Reconhecendo a pertinência da análise das questões concernentes às juventudes contemporâneas, conforme evidenciado nos debates conduzidos durante a IV Conferência Nacional de Juventude, este artigo propõe-se a investigar as proposições discutidas no mencionado evento, particularmente aquelas relacionadas ao eixo "Do Direito ao Desporto e ao Lazer". Para tal desiderato, empreendeu-se uma análise documental do Caderno de Propostas da IV Conferência Nacional de Juventude, com ênfase no exame das propostas direcionadas ao debate no âmbito do esporte e do lazer. Os resultados preponderantes destacaram três propostas fundamentais para impulsionar o esporte e o lazer entre as juventudes brasileiras: o aprimoramento das instalações desportivas em todos os estados, a diversificação de modalidades esportivas para atender às preferências individuais e a instauração do programa Atleta Jovem, conferindo bolsas a atletas de base e fomentando a inclusão. Adicionalmente, as propostas suplementares foram categorizadas nas vertentes "Inclusão e Oportunidades", "Desenvolvimento e Promoção do Esporte" e "Estrutura e Equidade", delineando uma trajetória abrangente para catalisar a transformação social por meio do esporte, com destaque para os princípios de saúde, inclusão e equidade destinados às juventudes brasileiras. Conclui-se, a partir dessa análise, que as políticas resultantes dessas deliberações não apenas se mostram aptas a satisfazer as variadas necessidades presentes da juventude, mas também a erigir um presente e futuro mais promissor para a geração atual e as subsequentes.

Palavras-chave: Juventudes. Jovens. Esporte. Lazer. Conferência Nacional de Juventude.

ABSTRACT

Recognizing the relevance of analyzing issues concerning contemporary youth, as evidenced in the debates conducted during the IV Brazilian National Youth Conference, this article aims to investigate the propositions discussed in the mentioned event, particularly those related to the "Sports and Leisure Rights" axis. To achieve this goal, a documentary analysis of the Proposals Notebook of the IV Brazilian National Youth Conference was carried out, with emphasis on examining proposals directed at the debate in the field of sports and leisure. The predominant results highlighted three fundamental proposals to boost sports and leisure among Brazilian youth, including the improvement of sports facilities in all states, the diversification of sports modalities to meet individual preferences, and the establishment of the Young Athlete program, providing scholarships to young athletes and fostering inclusion. Additionally, supplementary proposals were categorized into the themes of "Inclusion and Opportunities," "Development and Promotion of Sports," and "Structure and Equity," outlining a comprehensive trajectory to catalyze social transformation through sports, with a focus on the principles of health, inclusion, and equity for Brazilian youth. It is concluded, from this analysis, that the policies resulting from these deliberations not only prove capable of satisfying the diverse present needs of youth but also of building a more promising present and future for the current and subsequent generations.

Keywords: Youth. Young people. Sports. Leisure. Brazilian National Youth Conference.

1 INTRODUÇÃO

O âmbito investigativo referente à juventude desponta como uma esfera de importância crucial para a apreensão das dinâmicas sociais contemporâneas (CASTRO; BESSET, 2008). A vitalidade e a intrincada complexidade desse domínio residem na multiplicidade de vivências, obstáculos e aspirações enfrentados pelos jovens. Face à diversidade de cenários culturais, sociais e econômicos, a pesquisa concernente às juventudes manifesta-se como uma ferramenta imprescindível para desvelar as demandas específicas desse estrato populacional, fornecendo informações essenciais para a concepção de políticas públicas inclusivas e condizentes com as necessidades concretas desses indivíduos.

Nesse cenário, as Conferências Nacionais de Juventude configuram-se como pontos significativos na trajetória do reconhecimento e promoção dos direitos da juventude brasileira. Desde sua primeira instância em 2008, até a mais recente IV Conferência Nacional de Juventude, realizada em dezembro de 2023, em Brasília, esses eventos consolidaram-se como fóruns de destaque para a deliberação e elaboração de políticas voltadas para atender às demandas e aspirações da juventude do país. Cada edição das conferências espelha a evolução das discussões e a consolidação do papel ativo dos jovens na construção de uma nação mais equitativa e inclusiva.

Dessa forma, torna-se imperativo destacar a importância da pesquisa no contexto das políticas públicas direcionadas à juventude, como um domínio essencial diante da necessidade de compreender e abordar questões intrínsecas a essa fase da vida (SPÓSITO; CARRANO, 2003). A análise minuciosa dessas políticas proporciona insights fundamentais para a promoção de iniciativas que não apenas reconheçam, mas também valorizem a diversidade e as particularidades das experiências juvenis, incluindo, por exemplo, as complexidades territoriais, impulsionando, desse modo, transformações sociais positivas.

O esporte e o lazer desempenham papéis decisivos na vida das juventudes brasileiras contemporâneas, proporcionando benefícios físicos e contribuindo significativamente para o desenvolvimento social e emocional dos jovens. Além de promover a saúde e o bem-estar, a prática esportiva oferece oportunidades para a construção de identidade, socialização e integração em comunidades. O lazer, por sua vez, representa um espaço essencial para a expressão criativa, relaxamento e interação social fora do âmbito acadêmico ou profissional. Para a juventude, engajar-se em atividades esportivas e de lazer pode fomentar valores como trabalho em equipe, respeito e superação de desafios. Diante do cenário contemporâneo marcado por desafios sociais, a promoção de oportunidades acessíveis e inclusivas para a

prática esportiva e o lazer torna-se fundamental para fortalecer a resiliência, a autoconfiança e a formação integral da juventude no Brasil.

O propósito deste artigo é analisar as propostas submetidas à IV Conferência Nacional de Juventude, com foco no capítulo "Do Direito ao Desporto e ao Lazer" do Estatuto da Juventude (BRASIL, 2013). A relevância intrínseca desta pesquisa reside na necessidade de compreender como as políticas públicas podem contribuir efetivamente para assegurar esses direitos, considerando a intrincada complexidade das vivências juvenis. O estudo destaca-se pela sua pertinência prática, proporcionando subsídios para aprimorar as políticas destinadas à juventude e, desse modo, fortalecer a participação ativa desses jovens na construção de uma sociedade pautada por maior justiça social.

A estruturação do presente artigo está delineada de maneira a oferecer uma abordagem abrangente sobre o tema proposto. Após esta introdução, procedemos a uma breve análise das políticas públicas destinadas à juventude e das Conferências Nacionais de Juventude, seguida por uma discussão sobre a relevância do desporto e do lazer para a juventude. Subsequentemente, apresentamos a metodologia adotada, que abarca a análise documental das propostas submetidas à IV Conferência Nacional de Juventude. Em seguida, discorreremos sobre os resultados obtidos, encerrando com considerações finais que resumem as principais descobertas e indicam possíveis direções futuras de pesquisa e ação política.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Notas Sobre Políticas Públicas de Juventude e Sobre as Conferências Nacionais de Juventude

No contexto das políticas públicas, o reconhecimento da juventude como um conjunto específico de direitos constitui um fenômeno de relativa contemporaneidade, tanto no cenário brasileiro quanto no âmbito internacional (BRASIL, 2014). Esse reconhecimento alcançou proeminência na segunda metade da década de 1980, período em que a "exclusão social" dos jovens se converteu em elemento integral da problemática social. Essa era foi marcada por transformações tecnológicas velozes, globalização dos mercados e desterritorialização dos processos produtivos, resultando em uma reconfiguração internacional do trabalho e uma crescente precarização das relações laborais. Em resposta a essas mudanças, governos, instituições financeiras e organismos internacionais passaram a debater questões associadas à juventude, buscando soluções para enfrentar a crise e mitigar a pobreza. Todavia, esse debate evidenciou a fragilidade do modelo econômico vigente, sublinhando a imperiosidade de

políticas públicas específicas para a juventude. Nesse contexto, indaga-se sobre as abordagens predominantes em relação ao "sujeito jovem" nos processos de concepção e implementação dessas políticas, realçando a diversidade de concepções que moldam os distintos desenhos e objetivos das políticas públicas direcionadas à juventude.

Moreira (2007) enfatiza a realização da I Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude, abordando minuciosamente o processo preparatório e a eleição de delegados para a etapa nacional. Ao longo de sete meses, debates intensivos foram promovidos sobre a realidade da juventude e as ações governamentais destinadas aos mais de 50 milhões de brasileiros entre 15 e 29 anos. O autor já questionava a historicamente limitada atenção estatal aos direitos fundamentais da juventude, como educação, trabalho digno, cultura e lazer, propondo reflexões sobre a relação entre a ausência do Estado e os desafios enfrentados por esse segmento da sociedade. À época, destacava-se a necessidade premente de superar visões negativas e reconhecer as juventudes como sujeitos detentores de direitos. As iniciativas governamentais, como o FUNDEB e o Projovem, merecem destaque como respostas aos desafios da inclusão social e promoção da educação. A I Conferência foi delineada como um processo participativo que visava identificar prioridades, fortalecer movimentos juvenis e integrar a juventude de maneira integral na estratégia de desenvolvimento nacional.

A pesquisa coordenada por Castro e Abramovay (2009) realizou análises abrangentes acerca do perfil, das percepções e das recomendações dos participantes da II Conferência Nacional de Juventude, visando desmistificar concepções equivocadas acerca da relação entre juventude e participação política. Contrapondo-se a ideias preconcebidas, os estudos revelaram que as juventudes participantes eram politizadas, envolvidas em temáticas de políticas públicas e críticas em relação à política convencional, evidenciando uma disposição para transformá-la. Diversos temas foram abordados, desde o perfil demográfico e político dos participantes até percepções sobre questões polêmicas como cotas, maioria penal, união civil entre pessoas do mesmo sexo e legalização do aborto. A pesquisa destacou a pluralidade de opiniões e engajamentos, desmistificando estereótipos e sinalizando a imperatividade de repensar a participação política da juventude.

Novaes (2007), por sua vez, ressalta a importância de compreender a juventude no contexto das diferentes sociedades e gerações, considerando fatores históricos, estruturais e conjunturais que influenciam suas vulnerabilidades e potencialidades. No século XXI, as jovens e os jovens vivenciam uma experiência geracional singular, marcada pela globalização e pelas desigualdades sociais. Apesar das incertezas e inseguranças relacionadas ao trabalho, evidenciadas pelas rápidas transformações tecnológicas, essa juventude expressa resistências,

criatividade e predisposições simbólicas para enfrentar os desafios contemporâneos. A autora, uma referência no campo, destaca a associação da juventude à violência, sublinhando que o medo de morrer prematuramente é uma preocupação transversal. A discussão concentra-se na necessidade de políticas públicas de juventude que considerem o contexto global, as demandas urgentes e as futuras necessidades, promovendo igualdade de direitos, valorização da diversidade e respostas às condições atuais dos jovens brasileiros. A abordagem ressalta a juventude como "sujeito de direitos", evitando generalizações simplistas e reconhecendo seu papel na reflexão e reinvenção da sociedade.

Ribeiro e Macedo (2018), por fim, realizam uma análise do ciclo de políticas públicas de juventude no Brasil, que teve início em 2005 e foi interrompido em 2015 durante o golpe contra a Presidenta Dilma Rousseff. A análise destaca a importância da efetiva operacionalização das políticas, evidenciando desafios como a dificuldade na incorporação dessas políticas nos diferentes Ministérios e a falta de canais de participação. Com base em estudos realizados junto à Secretaria Nacional de Juventude, os autores destacam que o principal problema não está na formulação, mas sim na implementação dessas políticas. Além disso, apontam a necessidade de integração e complementaridade entre programas e ações, considerando as diversas trajetórias de vida da juventude. Ressaltam a importância de compreender os ciclos de políticas de juventude como processos não lineares, evidenciando a interrupção do ciclo em 2015 e as possíveis consequências das políticas de reestruturação econômica.

2.2 Esporte e Lazer Como Direito das Juventudes Brasileiras

Sales (2013) destaca a centralidade dos corpos em movimento, especialmente os das jovens e dos jovens, na produção de condições de vida coletiva e individual. O lazer é abordado como um elemento inseparável da juventude, e as características delineadas por Dumazedier (1999) levantam reflexões sobre como o lazer é concebido para a juventude na sociedade contemporânea. A pesquisa revela que os espaços de lazer, frequentemente ligados à cultura, arte e esporte, são fundamentais para a juventude, pois proporcionam alternativas de participação e reação à exclusão econômica, social e cultural. Contudo, a análise aponta para lacunas na oferta desses espaços, tanto em termos de quantidade quanto de atendimento às necessidades e satisfação pessoal dos jovens. Enfatiza a transformação do lazer em mercadoria, explorando a potencialidade de consumo pelas indústrias cultural e de lazer, transformando o corpo juvenil em vitrine desse mercado. A pesquisa também destaca a

relevância do corpo na sociabilidade e na educação, sendo um dispositivo que diferencia e hierarquiza os jovens em termos de gênero, sexualidade e raça/etnia. Além disso, aponta que as redes sociais também são identificadas como ferramentas de lazer e sociabilidade, permitindo aos jovens expressarem sentimentos, ideias e visibilidades sobre diversos temas. O lazer é percebido, portanto, como um fenômeno coletivo, conectado aos desejos pessoais e coletivos, sendo associado a outras questões e representando uma forma de construção conjunta.

Groppo (2002), por sua vez, explora as origens históricas da juventude e do lazer modernos, destacando a profunda inter-relação entre essas duas categorias na modernidade. A análise abrange movimentos e revoltas da juventude no mundo ocidental, com ênfase na Europa do século XIX e início do século XX, evidenciando a contribuição das juventudes modernas na criação do espaço do lazer. Groppo destaca a atuação dos agentes juvenis na criação de espaços de sociabilidade para o desenvolvimento do lazer contemporâneo, argumentando, dialeticamente, que a afirmação do lazer proporcionou um *locus* para a criação e o exercício das identidades juvenis no século XX.

A natureza contraditória das relações entre lazer e juventude é explicada pela ambivalência dessas categorias socioculturais. O lazer, conforme Dumazedier (1999) ilustra, possui um potencial emancipatório, hedonista e desinteressado, mas também pode ser coercitivo, funcionando como espaço para o consumo. A relação entre juventude e lazer é examinada sob a perspectiva da modernidade, em que o lazer é muitas vezes concebido como tempo livre após o cumprimento das obrigações sociais atribuídas à juventude. Groppo (2002) destaca, igualmente, que a juventude moderna atua em um tempo e espaço liberado ou retirado das instituições oficiais que restringem os indivíduos jovens, evidenciando a constituição das juventudes nesse tempo e espaço específicos. Há um foco nos movimentos estudantis e contraculturas dos anos 1960, bem como estudos de casos sobre a vivência da juventude nos espaços de lazer contemporâneos. Torna-se, dessa forma, importante discutir as tentativas contemporâneas de construir novos espaços, tempos e possibilidades de vivenciar o lúdico.

O estudo de Brenner, Dayrell e Carrano (2008) destaca a importância da investigação sobre a dinâmica da ocupação do tempo livre das e dos jovens para compreender os significados atribuídos ao próprio tempo na juventude nas sociedades. A vida juvenil, em seu contexto sociocultural, é expressa, em grande parte, nos momentos de lazer e tempo livre, nos quais os jovens constroem suas normas, expressões culturais, ritos e modos de ser, diferenciando-se do mundo adulto. Nesses espaços de menor controle das gerações adultas, os

jovens desenvolvem subjetividades coletivas em torno de culturas juvenis, muitas vezes percebidas pela sociedade como marginais e em oposição ao trabalho. Os autores ressaltam a perspectiva do direito cultural, argumentando que uma política pública democrática deve promover a cidadania cultural para aumentar a capacidade crítica dos jovens diante das indústrias culturais. A discussão inclui a importância de reconhecer sujeitos culturais no meio rural, valorizando suas formas de saberes culturais historicamente organizados. As políticas culturais, especialmente para jovens rurais, não devem apenas conter a migração para áreas urbanas, mas criar condições para uma vivência contemporânea do tempo de juventude baseada em direitos de cidadania além das fronteiras entre campo e cidade.

A preocupação com o tempo livre, nesse sentido, não deve se limitar à redução de danos ou à prevenção da violência, mas, fundamentalmente, deve contemplar as potencialidades presentes na vivência plural do tempo livre, lazer e cultura como direitos plenos de cidadania. Brenner, Dayrell e Carrano (2008) destacam, por fim, a importância da descentralização de planos e orçamentos, bem como da organização e gestão compartilhadas entre o Estado e a sociedade civil, promovendo práticas de liberdade de expressão e criação cultural, especialmente por meio de associações autônomas e democraticamente orientadas.

2.3 Juventudes e Esporte

Ao abordar a desigualdade social no Brasil, destacando-a como um elemento profundamente enraizado nas estruturas da vida cotidiana, Nogueira (2011) aponta para a má distribuição das riquezas em relação à capacidade produtiva do país, destacando-a como uma das principais causas das desigualdades sociais. O autor ressalta que, apesar de afirmações sobre a pobreza da nação, as verdadeiras consequências são derivadas da má distribuição dessas riquezas.

As juventudes são particularmente afetadas por esses processos de exclusão, como emprego precoce, subemprego, escolarização precária e condições precárias de vida em bairros decadentes. A desigualdade social contribui para a construção de uma percepção negativa dos jovens como um problema social, propensos à delinquência e ao uso de drogas. Políticas públicas, nesse contexto, frequentemente utilizam o esporte como uma estratégia de intervenção, considerando-o como um antídoto para ocupação do tempo livre e uma forma de afastar os jovens do mundo do crime.

Entretanto, Nogueira (2011) questiona essa abordagem, argumentando que, ao invés de questionar as bases que sustentam a desigualdade social, o esporte muitas vezes valida

ações que exercem força mediante coerção, coação ou repressão. Em contrapartida, defende a necessidade de intervenções que tenham os jovens como protagonistas, envolvendo-os na elaboração, implementação, desenvolvimento e avaliação das propostas. Ressalta-se a importância de políticas públicas que reconheçam o esporte como instrumento de crítica e participação efetiva, enfatizando que o esporte pode ser trabalhado na perspectiva do desenvolvimento humano, promovendo experiências focadas na participação, na formação de grupos heterogêneos, na cooperação e na convivência com a diversidade.

O trabalho de Martins e Mello (2004) aborda a relevância do esporte na vida cotidiana, especialmente no contexto das juventudes, destacando-o como uma das principais manifestações socioculturais de elaboração de identidades juvenis. Embora o esporte tenha uma grande inserção social, os autores argumentam que ainda não desfruta da legitimação social que outros direitos têm no âmbito das administrações públicas. No entanto, reconhecem a crescente visibilidade e importância das políticas públicas relacionadas ao esporte.

O acesso ao esporte, especialmente como lazer, é restrito devido à privatização/mercantilização das práticas esportivas e à escassez de espaços públicos adequados. A ampliação desse acesso é considerada um direito social pelos militares, que reconhecem as possibilidades "pedagógicas" e de ocupação do tempo dos jovens por meio do esporte. Os autores argumentam que a análise das concepções de esporte é crucial nas políticas públicas para a juventude, pois refletem as concepções educativas desses programas, propõem uma abordagem que vá além dos argumentos funcionalistas e conservadores, buscando construir um projeto de sociedade democrático que contemple não apenas as políticas de juventude, mas também outras voltadas para diferentes grupos sociais.

Gomes (2009), por sua vez, aborda o conceito de protagonismo das juventudes, especialmente no contexto esportivo, e destaca a importância da Educação Olímpica como ferramenta para a inclusão social dos jovens. A autora critica a visão simplista que associa o protagonismo juvenil apenas à ampliação de projetos de participação e massificação no atendimento a essa população. A ideia de protagonizar, segundo a autora, não se resume a oferecer mais projetos esportivos, especialmente quando esses projetos não se refletem de maneira significativa em investimentos na educação e na educação esportiva de qualidade.

Gomes (2009) aponta para a necessidade de repensar a qualidade em relação à quantidade, questionando a eficácia dos investimentos no esporte de alto nível em comparação com a situação educacional no Brasil. A autora conclui que o desenvolvimento de projetos institucionais de Educação Olímpica é uma ação político-pedagógica que reflete as intenções sobre o tipo de nação e cidadania desejadas. Propõe um modelo de Educação

Olímpica com finalidades ético-políticas, que compreenda o desenvolvimento humano como a formação de cidadãos globais e locais ativos em suas comunidades e países.

3 METODOLOGIA

Metodologicamente, no que concerne à estratégia de abordagem, conduziu-se uma pesquisa de cunho qualitativo, concebida como uma investigação que busca compreender as interações entre os sujeitos e os objetos para além da mera quantificação, uma vez que há elementos interpretativos não suscetíveis à mensuração isolada (GIL, 2007). Em termos da natureza do estudo, este se configurou como aplicado, considerando que os conhecimentos derivados da proposta de pesquisa podem ser aplicados em diversos territórios juvenis e distintas realidades espaço-territoriais.

No que diz respeito aos objetivos, a investigação pode ser categorizada como exploratória, buscando maior familiaridade com o problema em questão por meio de um estudo de caso que se concentra na análise das propostas sobre o direito ao desporto e ao lazer, para discussão na IV Conferência Nacional de Juventude, como já apontado. Quanto aos procedimentos, a pesquisa adotou uma abordagem de análise documental, conforme preconizado por Gil (2007), englobando materiais que ainda não foram submetidos a tratamento analítico.

O principal documento alvo da análise documental foi o "Caderno de Propostas da IV Conferência Nacional de Juventude" (Brasil, 2023a), notadamente no que diz respeito às propostas para discussão do eixo "Do Direito ao Desporto e ao Lazer". Tal documento foi elaborado após uma série de encontros e debates abrangendo diversos temas relacionados à juventude, nos quais todas as propostas construídas nas etapas municipais e estaduais foram registradas e encaminhadas para a Secretaria Nacional da Juventude (SNJ) e para o Conselho Nacional de Juventude (CONJUVE). Orientou-se a indicação de três propostas prioritárias em cada eixo temático, abrangendo áreas como cidadania, educação, diversidade, saúde, cultura, entre outras. Em parceria com a Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), as propostas foram sistematizadas, categorizadas e ranqueadas de acordo com a ênfase dada pelos jovens. O documento resultante apresenta as 36 propostas (uma para cada eixo) mais impactantes, além de propostas complementares que detalham ou ampliam as prioridades. Este documento nacional serviu como base para discussão na IV Conferência Nacional da Juventude, onde sugestões de alterações e emendas foram realizadas. Após o processo, as

resoluções votadas na Conferência constituíram o referencial para as políticas públicas de juventude nos próximos anos, orientando as ações governamentais.

A estratégia de análise de dados adotada consistiu na análise de conteúdo (BARDIN, 1977), iniciada durante o levantamento e seleção dos materiais, estabelecendo uma aproximação inicial com o objeto de estudo. Os dados foram triangulados com as leituras realizadas, informações sobre o evento em si e os materiais analisados, conforme a abordagem sugerida por Minayo (2005), enfatizando a importância dessa triangulação para a apreensão dos fenômenos e contribuindo para a validade da pesquisa. Esse processo foi feito em conformidade com os mais rigorosos princípios éticos de pesquisa, dado que o estudo se baseou exclusivamente em materiais de acesso público, dispensou-se a avaliação pelo sistema CEP/CONEP, em conformidade com as normativas éticas vigentes (BRASIL, 2016).

5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

5.1 Sobre A IV Conferência Nacional de Juventude e a Elaboração do Documento Nacional de Propostas

As distintas facetas das juventudes brasileiras delineiam o inalienável direito de depositar sua confiança tanto no presente quanto no futuro do Brasil (Brasil, 2023a). Esse pronunciamento encontra expressão na temática da IV Conferência Nacional de Juventude, cujo lema é "Reconstruir no Presente, Construir o Futuro", traçando uma trajetória em direção ao Desenvolvimento, aos Direitos, à Participação e ao Bem Viver. Nesse ínterim, um passo essencial consistiu na elaboração de uma agenda pública que resgatasse a capacidade do jovem de experimentar a existência como sujeito de prerrogativas, atentando para a perspectiva de que tal incumbência se concretiza mediante a extraordinária contribuição das diversas juventudes espalhadas pelo território pátrio, totalizando aproximadamente 47 milhões de habitantes, correspondendo a 23% do contingente populacional do país (IBGE, 2022).

Investidos desse compromisso, o Conselho Nacional da Juventude (CONJUVE) e a Secretaria Nacional de Juventude (SNJ), em conjunto com outras instituições, congregaram-se para a realização da IV Conferência Nacional de Juventude, que transcorreu de 14 a 17 de dezembro de 2023, em Brasília/DF, em conformidade com o Decreto nº 11.619, de 25 de julho de 2023 (Brasil, 2023b). Desde a inaugural Conferência Nacional da Juventude em 2008, sucedida pela segunda em 2011 e a terceira em 2015, significativos progressos foram

logrados nas iniciativas que concorreram para a consolidação de uma política nacional de juventude. A IV Conferência Nacional de Juventude emergiu, portanto, no contexto das celebrações dos dez anos de vigência do Estatuto da Juventude (Brasil, 2013), posicionando-se, neste momento, à semelhança das Conferências antecessoras, como uma estratégia mobilizadora crucial para fomentar a participação social e efetivar os direitos já conquistados pela juventude bem como aqueles ainda por conquistar.

O processo preparatório para a IV Conferência Nacional de Juventude orquestrou a participação de um contingente que ultrapassou quinhentos mil jovens em todo o território nacional (Brasil, 2023a), evidenciando a vibrante diversidade, propostas, prioridades e caminhos para ampliar as possibilidades e oportunidades visando ao Bem Viver da juventude brasileira. Ao longo do período de agosto a novembro de 2023, os jovens brasileiros debateram sobre Cidadania, Participação Social e Política, Representação Juvenil, Educação, Profissionalização, Trabalho e Renda, Diversidade e Igualdade, Saúde, Cultura, Comunicação e Liberdade de Expressão, Desporto e Lazer, Território e Mobilidade, Sustentabilidade e Meio Ambiente, Segurança Pública e Acesso à Justiça, além do Sistema Nacional de Juventude, ou seja, os eixos do Estatuto da Juventude (Brasil, 2013). A partir de um documento-base elaborado pelo CONJUVE e pela SNJ, contendo 218 propostas para o debate, foram articuladas etapas preparatórias municipais e regionais (abrangendo 1535 municípios), estaduais (27 encontros), temáticos (18 encontros virtuais síncronos, com participação total de cerca de 10 mil jovens), digitais (62 mil participantes via plataforma Brasil Participativo) e uma abrangente consulta aos povos e comunidades tradicionais. Nesse colossal esforço coletivo, destaca-se a marcante mobilização dos jovens nos municípios para a realização de encontros que refletissem a realidade da maioria dos territórios brasileiros, objetivando influenciar de maneira substancial nas etapas estaduais.

Com base nesse conglomerado de encontros e debates, todas as proposições apresentadas foram meticulosamente registradas e encaminhadas à Secretaria Nacional de Juventude (SNJ) e ao Conselho Nacional da Juventude (CONJUVE). O direcionamento imperativo consistia em indicar três propostas prioritárias por eixo temático. Mediante uma colaboração com a Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO, procedeu-se à sistematização exaustiva de todas as propostas, originadas nas diversas etapas preparatórias, inicialmente categorizadas com base nas que partilhavam a mesma "ideia-força". O documento resultante apresenta, assim, as 36 propostas que mais reverberaram nos debates efetuados pelos jovens brasileiros/as, 03 para cada um dos 12 eixos do Estatuto da Juventude. Entretanto, dada a robustez e intensidade das discussões, ao final do documento, são

apresentadas as demais proposições registradas e sistematizadas, aqui denominadas propostas complementares. Importa frisar que essas últimas detalham ou aprimoram as três propostas apontadas como prioritárias. Ao fim, o documento nacional almejou constituir-se como elemento propulsor da discussão na IV Conferência Nacional da Juventude, espaço em que foi submetido a sugestões de supressão, acréscimo e redação alternativa.

5.2 As Propostas do Eixo “Do Direito ao Desporto e ao Lazer”

Atividades esportivas e de lazer estão diretamente vinculadas à sociabilidade juvenil, à prática da cidadania, ao diálogo com valores sociais, às condições de saúde, à qualidade de vida e ao direito ao tempo destinado às interações que transcendem as responsabilidades cotidianas (Brasil, 2023a). Nesse sentido, tais práticas desempenham um papel significativo na formação das identidades juvenis, constituindo, ademais, um instrumento essencial para a intervenção nos territórios, embora, em muitas ocasiões, essas iniciativas se concretizem como estratégias de controle social das e dos jovens, afastando-se, assim, de sua verdadeira função social. As diretrizes de políticas públicas destinadas ao esporte e ao lazer apresentam-se invariavelmente transversais, visto que englobam diversas dimensões da vida dos indivíduos, como o acesso à cidade, à cultura e à mobilidade global (Brasil, 2023a). A juventude constitui o período mais propício para que a utilização do tempo livre seja uma oportunidade para combinar atividades lúdicas e criativas, apreciação das artes e expressões culturais. Portanto, é crucial assegurar tanto a infraestrutura adequada de lazer nas instituições educacionais quanto nos locais de residência, tanto em ambientes urbanos quanto rurais, bem como garantir a mobilidade dos jovens para explorarem os diversos centros de lazer disponíveis.

No contexto da IV Conferência Nacional da Juventude, é pertinente enfatizar que, por meio de um minucioso processo de sistematização e análise, identificaram-se e priorizaram-se as propostas mais recorrentes no âmbito do eixo temático "Desporto e Lazer". Dessas análises, emergiram três proposições que se destacam como expressões representativas das demandas mais prementes das juventudes brasileiras, especialmente no que concerne às questões cruciais relacionadas ao desporto e ao lazer. Essas propostas, ao refletirem as aspirações e necessidades intrínsecas da juventude nesses domínios específicos, foram apresentadas como pilares fundamentais para o diálogo e a deliberação durante a Conferência, proporcionando, assim, uma abordagem esclarecida e estratégica para o delineamento de políticas públicas destinadas a abordar as complexidades inerentes a essa dimensão vital da

vivência juvenil. O Quadro 1, dessa forma, oferece uma evidência clara das propostas mais recorrentes no eixo "Direito ao Desporto e ao Lazer".

Quadro 1 – Propostas mais recorrentes – Direito ao Desporto e ao Lazer

1. Articular a melhoria e a expansão de instalações desportivas em todos os Estados, garantindo a diversidade de esportes e, também, dando atenção a comunidades rurais e áreas menos favorecidas. Isso inclui a construção e manutenção de quadras, campos, academias ao ar livre e espaços para práticas esportivas, com profissionais capacitados e habilitados para atendimento nos horários compatíveis com públicos diferenciados.
2. Criar o programa Atleta Jovem, com bolsas para atletas de base em municípios de todo o país, visando identificar talentos locais e oferecer treinamento de qualidade em diversas modalidades esportivas, com foco em jovens atletas de áreas rurais, periferias, comunidades tradicionais, LGBTQIA+ e atletas com deficiência.
3. Tornar obrigatória a disciplina de Educação Física na Educação Básica (04 aos 17 anos), visando difundir conhecimentos sobre os benefícios físicos e mentais decorrentes da prática do desporto, com professores qualificados e abrangendo novas modalidades de atividades físicas: surf, skate esports, dança e tênis de mesa.

Fonte: Brasil (2023a). Sistematização: autor (2024).

A proposta de articular a melhoria e expansão de instalações desportivas em todos os Estados, garantindo a diversidade de esportes e dando atenção a comunidades rurais e áreas menos favorecidas, revela-se como demanda importante para as juventudes brasileiras contemporâneas. Ao investir na construção e manutenção de quadras, campos, academias ao ar livre e espaços para práticas esportivas, acompanhados por profissionais capacitados, fomenta-se a prática esportiva, contribuindo para a promoção da saúde física e mental (NORONHA, 2009). Além disso, ao direcionar atenção especial a comunidades rurais e áreas menos favorecidas, busca-se mitigar disparidades no acesso a infraestruturas esportivas, promovendo inclusão e equidade. A diversidade de esportes proposta amplia as opções disponíveis, permitindo que os jovens descubram e participem de atividades que melhor atendam às suas preferências e habilidades. Contudo, é imperativo considerar a necessidade de políticas que garantam a sustentabilidade dessas instalações no longo prazo, evitando que se tornem obsoletas e inacessíveis com o passar do tempo.

A proposta de criar o programa Atleta Jovem, com bolsas para atletas de base em municípios de todo o país, desempenha um papel significativo no fomento ao esporte e na

identificação de talentos locais, especialmente entre jovens de áreas rurais, periferias, comunidades tradicionais, LGBTQIA+ e atletas com deficiência. Essa iniciativa contribui para o desenvolvimento técnico esportivo e para a promoção da inclusão e diversidade no cenário esportivo brasileiro (PAIVA, 2019). Ao oferecer treinamento de qualidade em diversas modalidades esportivas, o programa busca nivelar as oportunidades, muitas vezes escassas em regiões menos privilegiadas. A ênfase em comunidades específicas destaca um compromisso com a equidade, reconhecendo a importância de criar oportunidades para grupos historicamente sub-representados no esporte. Contudo, é essencial garantir que o programa não apenas identifique talentos, mas também proporcione um ambiente de apoio abrangente, considerando aspectos como suporte emocional, acompanhamento educacional e acesso a recursos que permitam a continuidade da prática esportiva e o desenvolvimento integral dos jovens atletas.

A proposta de tornar obrigatória a disciplina de Educação Física na Educação Básica, abrangendo o período dos 4 aos 17 anos, revela uma compreensão da importância da prática esportiva como um componente físico e também como um meio para promover benefícios mentais e emocionais. A presença de professores qualificados e a expansão para novas modalidades, como surf, skate, esports, dança e tênis de mesa, reflete a necessidade de diversificar as opções, reconhecendo as diferentes preferências e habilidades dos estudantes (PEREIRA, 2023). Essa abordagem amplia o repertório esportivo, alinhando-se com as mudanças nas práticas contemporâneas, incorporando atividades que dialogam com os interesses e o contexto sociocultural dos jovens. No entanto, é crucial garantir que a implementação dessa proposta seja acompanhada por investimentos na formação continuada dos professores, na infraestrutura adequada e na atualização constante do currículo, para assegurar que a disciplina cumpra efetivamente seu papel na promoção da saúde, bem-estar e desenvolvimento integral dos estudantes ao longo de sua educação formal.

É imperativo ressaltar que as propostas adicionais, embora numericamente menos frequentes, não são de maneira alguma menos relevantes ou menos substanciais do que aquelas que emergiram como as mais recorrentes no eixo "Desporto e Lazer". A menor incidência numérica não diminui a importância intrínseca dessas proposições, pois cada uma representa uma expressão singular das necessidades e aspirações das juventudes brasileiras no que tange às questões fundamentais de território e mobilidade. Para garantir uma abordagem abrangente e inclusiva, todas as propostas, independentemente de sua frequência, foram resumidas para otimizar o espaço do texto, apresentando-se aqui a essência de cada uma, devidamente considerada no Quadro 2 a seguir.

Quadro 2 – Propostas complementares (resumidas) – Direito ao Desporto e ao Lazer

4. Profissional de Educação Física em unidades socioeducativas para jovens privados de liberdade.
5. Incentivar a inclusão de jovens LGBTQIA+ no esporte, garantindo sua participação em eventos esportivos, respeitando sua identidade de gênero e escolha de categoria de competição.
6. Criar um calendário de competições esportivas em diferentes níveis (municipal, estadual, nacional e internacional) para promover práticas esportivas na sociedade.
7. Promover intercâmbios e imersões esportivas internacionais para capacitação profissional de atletas.
8. Promover atividades esportivas prioritárias em áreas vulneráveis, com profissionais capacitados disponíveis nos horários compatíveis com os trabalhadores jovens.
9. Estabelecer centros de juventude gratuitos em espaços públicos ociosos, priorizando a descentralização para municípios, com foco na infraestrutura esportiva.
10. Centralizar a gestão esportiva universitária para promover talentos, oferecendo assistência aos atletas e construindo centros esportivos nas universidades.
11. Garantir participação equitativa de todas as regiões do país no Bolsa Atleta, desburocratizando os editais para facilitar o acesso.

Fonte: Brasil (2023a). Adaptação e sistematização: autor (2024).

Na análise das proposições adicionais, almejou-se uma organização eficiente, agrupando-as em três categorias principais: Inclusão e Oportunidades, Desenvolvimento e Promoção do Esporte, Estrutura e Equidade. A definição dessas categorias teve como base a afinidade temática entre as proposições, proporcionando uma compreensão clara e concisa das demandas apresentadas. O Quadro 3 apresenta a correspondência entre cada proposição e a categoria à qual foi associada, oferecendo uma visão sistemática das principais áreas de interesse e preocupação abordadas pelas juventudes brasileiras no contexto da IV Conferência Nacional da Juventude.

Quadro 3 – Categorias de agrupamentos das respostas complementares

Categoria	Inclusão e Oportunidades	Desenvolvimento e Promoção do Esporte	Estrutura e Equidade
Propostas	4 – 5	6 – 7 – 8	9 – 10 – 11

Organização: autor (2024).

A categoria "Inclusão e Oportunidades" evidencia proposta com uma preocupação fundamental em garantir a participação equitativa e acessível de todos os segmentos da juventude brasileira no universo esportivo (Damiani, 2006). A presença de profissionais de Educação Física em unidades socioeducativas para jovens privados de liberdade representa um passo significativo na promoção do direito ao desporto, possibilitando a inclusão desses jovens em atividades que transcendem o ambiente carcerário. Além disso, a proposta de incentivar a participação de jovens LGBTQIAPN+ no esporte, respeitando suas identidades de gênero e escolhas de categoria de competição, reforça o compromisso com a diversidade e a promoção de um ambiente esportivo inclusivo. Essas iniciativas não apenas abrem portas para a expressão individual e coletiva no contexto esportivo, mas também contribuem para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, onde o desporto é verdadeiramente acessível a todos, independentemente de suas origens ou identidades.

As propostas agrupadas na categoria "Desenvolvimento e Promoção do Esporte" refletem uma abordagem abrangente e estratégica para fomentar a prática esportiva e promover o desenvolvimento atlético entre as juventudes brasileiras. A criação de um calendário de competições esportivas em diferentes níveis, desde o municipal até o internacional, representa um estímulo valioso para a participação ativa na sociedade por meio do esporte. A promoção de intercâmbios e imersões esportivas internacionais destaca-se como uma iniciativa que não apenas capacita profissionalmente os atletas jovens, enriquecendo suas experiências culturais e esportivas. A ênfase na realização de atividades esportivas prioritárias em áreas vulneráveis, com profissionais capacitados disponíveis em horários compatíveis com os trabalhadores jovens, atende às necessidades específicas dessas comunidades, contribuindo para a promoção da inclusão social e o desenvolvimento local. Essas propostas, ao promoverem práticas esportivas em diferentes contextos e níveis, corroboram a importância do esporte como ferramenta de integração social, saúde e desenvolvimento humano.

Por fim, a categoria "Estrutura e Equidade" concentra propostas que visam aprimorar a infraestrutura esportiva, garantindo maior equidade no acesso e promoção do esporte entre as juventudes brasileiras (NEVES *et al*, 2015). A iniciativa de estabelecer centros de juventude gratuitos em espaços públicos ociosos, com ênfase na descentralização para municípios, representa um passo significativo na ampliação do acesso à prática esportiva, especialmente em regiões menos privilegiadas (BARREIRA; MALFITANO, 2017). Além disso, a centralização da gestão esportiva universitária, com a construção de centros esportivos nas universidades, contribui para o desenvolvimento de talentos e oferece suporte essencial aos atletas jovens em meio acadêmico. A proposta de garantir a participação equitativa de todas as

regiões do país no Bolsa Atleta, desburocratizando os editais, promove a equidade de oportunidades para jovens atletas, independentemente de sua origem geográfica. Essas propostas, ao abordarem a estrutura e a equidade no âmbito esportivo, reforçam a importância de criar condições igualitárias para o desenvolvimento e a promoção do potencial esportivo das juventudes brasileiras.

5.3 (IN)CONCLUSÕES

As Conferências Nacionais de Juventude, desde o ano de 2008 até a mais recente em 2023, configuram momentos emblemáticos na promoção dos direitos intrínsecos às juventudes no Brasil, evidenciando a evolução das discussões e a participação ativa das jovens e dos jovens na construção de uma sociedade orientada por maior justiça social. Destaca-se, portanto, a relevância desta pesquisa no âmbito das políticas públicas voltadas à juventude, pela necessidade premente de compreender e abordar questões específicas dessa fase da vida, promovendo iniciativas que reconheçam e valorizem a diversidade das experiências juvenis.

Observa-se que o reconhecimento da juventude como um grupo específico de direitos nas políticas públicas é um fenômeno recente, emergindo na segunda metade dos anos 1980 diante das transformações tecnológicas, globalização e precarização do trabalho. A I Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude, ocorrida em 2007, colocou em xeque a limitada atenção estatal aos direitos básicos dos jovens, sublinhando a necessidade de superar visões negativas e reconhecer as juventudes como sujeitos de direitos. Desses, o direito ao desporto e ao lazer, assume um papel central na promoção do bem-estar, da inclusão social e do desenvolvimento integral das juventudes, proporcionando um ambiente propício para a construção de valores, habilidades sociais e autoestima. O acesso a atividades esportivas e de lazer representa o conjunto entre expressão de liberdade e expressão individual, como uma ferramenta essencial para combater desigualdades e fortalecer o protagonismo juvenil.

Metodologicamente, o estudo adotou uma abordagem qualitativa, buscando compreender as relações entre sujeitos e objetos para além da simples quantificação. Configurou-se como uma pesquisa aplicada, uma vez que os conhecimentos gerados podem ser utilizados em contextos escolares que enfrentam situações semelhantes de estudos remotos. Os objetivos traçados foram exploratórios, visando uma maior familiaridade com o problema por meio de um estudo de caso centrado na análise das propostas relacionadas ao

direito ao território e à mobilidade, as quais serão discutidas na IV Conferência Nacional de Juventude. Quanto aos procedimentos, adotou-se uma abordagem de análise documental, com foco no exame do "Caderno de Propostas da 4ª Conferência Nacional de Juventude".

No desdobramento das análises, três propostas emergem como pilares fundamentais para a promoção do esporte entre as juventudes brasileiras contemporâneas. A articulação para melhoria e expansão de instalações desportivas em todos os estados impulsiona a prática esportiva, promovendo a saúde física e mental, com atenção especial a comunidades rurais e menos favorecidas, buscando mitigar disparidades de acesso. A diversidade de esportes proposta amplia as opções disponíveis, permitindo que as jovens e os jovens encontrem atividades alinhadas às suas preferências e habilidades. Já o programa Atleta Jovem, ao oferecer bolsas para atletas de base em diversas modalidades e regiões, desempenha um papel vital na identificação de talentos locais e na promoção da inclusão, especialmente em comunidades historicamente marginalizadas. A proposta de tornar obrigatória a disciplina de Educação Física na Educação Básica, abrangendo novas modalidades, evidencia uma compreensão holística do esporte, não apenas como componente físico, mas como meio para benefícios mentais e emocionais. No entanto, o êxito dessas propostas exige considerações cuidadosas, como a sustentabilidade das instalações, o suporte abrangente aos jovens atletas e investimentos na formação continuada de professores, assegurando que o esporte atue como vetor efetivo na promoção da saúde, inclusão e desenvolvimento integral das juventudes brasileiras.

As propostas complementares, cuidadosamente agrupadas nas categorias "Inclusão e Oportunidades", "Desenvolvimento e Promoção do Esporte" e "Estrutura e Equidade", revelam-se também como elementos essenciais na construção de um panorama abrangente para as juventudes brasileiras no contexto do esporte e do lazer. No âmbito da inclusão, a presença de profissionais de Educação Física em unidades socioeducativas demonstra o compromisso em estender os benefícios do desporto a jovens privados de liberdade, transcendendo barreiras e proporcionando oportunidades de expressão e desenvolvimento. A proposta de incentivar a participação de jovens LGBTQIAPN+ no esporte reforça a importância de um ambiente esportivo respeitoso e diversificado, contribuindo para a construção de uma sociedade mais igualitária.

No tocante ao desenvolvimento e promoção do esporte, as iniciativas de criar um calendário de competições esportivas em diferentes níveis e promover intercâmbios internacionais oferecem estímulos valiosos para o crescimento atlético e cultural dos jovens atletas. A ênfase em áreas vulneráveis, com atividades esportivas prioritárias e profissionais

capacitados disponíveis em horários acessíveis, aborda as necessidades específicas dessas comunidades, promovendo a inclusão social e o desenvolvimento local. Por fim, a categoria "Estrutura e Equidade" destaca propostas que visam melhorar a infraestrutura esportiva e garantir equidade no acesso ao esporte em todo o país. A criação de centros de juventude gratuitos em espaços públicos ociosos, a centralização da gestão esportiva universitária e a busca pela equidade no Bolsa Atleta contribuem para a construção de uma base sólida e igualitária para o desenvolvimento do potencial esportivo das juventudes brasileiras. Essas propostas, consideradas em conjunto, delineiam um caminho promissor para a promoção do esporte como agente transformador, capaz de catalisar inclusão, desenvolvimento e equidade.

Este artigo buscou, modestamente, desempenhar um papel analítico e exploratório ao examinar as proposições do eixo "Desporto e Lazer", proporcionando uma visão abrangente das demandas fundamentais das juventudes brasileiras. A principal relevância reside na compreensão aprofundada das necessidades de mobilidade e acesso ao território, fundamentais para o desenvolvimento inclusivo dessas juventudes. As lacunas identificadas nesse estudo destacam a escassez de investimentos em infraestrutura esportiva em comunidades periféricas, a falta de programas de lazer acessíveis a todas as camadas sociais e a limitada oferta de atividades físicas nas escolas públicas. Essas lacunas refletem a desigualdade no acesso a oportunidades de esporte e lazer, evidenciando a urgência de políticas públicas que abordem, efetivamente, tais disparidades, promovendo ambientes propícios para o pleno desenvolvimento das juventudes em diferentes contextos sociais. A perspectiva para a análise das propostas aprovadas durante a IV Conferência Nacional de Juventude é promissora, pois representa uma oportunidade para traduzir essas ideias em ações concretas. Nesse processo, há a esperança de que as políticas resultantes não apenas atendam às diversas necessidades do presente das juventudes, mas também construam um futuro mais equitativo e promissor para as próximas gerações.

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BARREIRO, R. G; MALFITANO, A. P. S. Política brasileira para a juventude: a proposta dos Centros da Juventude. **Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud**, v. 15, n. 2, 2017. Disponível em: http://www.scielo.org.co/scielo.php?pid=S1692-715X2017000200022&script=sci_arttext Acesso em: 04 jan. 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução nº 510**, de 7 de abril de 2016. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 24 maio 2016. Seção

1. p. 44-46. Disponível em: https://bvsm.s.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2016/res0510_07_04_2016.html Acesso em: 04 jan. 2024.

BRASIL. **Lei 12.852**, de 5 de agosto de 2013. Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude – SINAJUVE, Brasília, 2013. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12852.htm Acesso em: 04 jan. 2024.

BRASIL. Secretaria Nacional de Juventude. **Estação juventude**: conceitos fundamentais – ponto de partida para uma reflexão sobre políticas públicas de juventude. Brasília: SNJ, 2014. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/participacao/politicas%20de%20juventude1.pdf> Acesso em: 04 jan. 2024.

BRASIL. Secretaria Nacional de Juventude. **4ª Conferência Nacional de Juventude** – Caderno de Propostas. Brasília: SNJ, 2023a. Disponível em: <https://www.gov.br/secretariageral/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/cadernos-de-respostas/CadernodePropostas4aConferenciaNacionaldeJuventude.pdf> Acesso em: 04 jan. 2024.

BRASIL. **Decreto nº 11.619**, de 25 de julho de 2023. Convoca a 4ª Conferência Nacional de Juventude. 2023b. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/decreto/D11619.htm Acesso em: 04 jan. 2024.

BRENNER, A. K; DAYRELL, J; CARRANO, P. Juventude Brasileira: Culturas do Lazer e do Tempo Livre. In: Brasil. Ministério da Saúde. Fundação Oswaldo Cruz. **Um olhar sobre o jovem no Brasil**. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2008.

CASTRO, L. R; BESSET, V. L. (orgs.). **Pesquisa-intervenção na infância e juventude**. Rio de Janeiro: Trarepa/FAPERJ, 2008.

CASTRO, M. G; ABRAMOVAY, M. Sobre a pesquisa: “Quebrando mitos: juventude, participação e políticas. Perfil, percepções e recomendações dos participantes da I Conferência Nacional de Políticas Públicas para a Juventude”. **Juventude.br**, n. 8, p. 50–56, 2009. Disponível em: <https://juventudebr.emnuvens.com.br/juventudebr/article/view/102> Acesso em: 04 jan. 2024.

DAMIANI, C. Juventude e Esporte: Contribuições ao Plano Nacional da Juventude. **Juventude.br**, n. 2, 2006. Disponível em: <https://juventudebr.emnuvens.com.br/juventudebr/article/view/26> Acesso em: 04 jan. 2024.

DUMAZEDIER, J. **Sociologia empírica do lazer**. São Paulo: Perspectiva: SESC, 1999.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2007.

GOMES, M. C. Esporte, olimpismo e juventude: em busca do protagonismo social. **Juventude.br**, n. 8, p. 26–31, 2009. Disponível em: <https://juventudebr.emnuvens.com.br/juventudebr/article/view/95> Acesso em: 04 jan. 2024.

GROPPO, L. A. A emergência da juventude e do lazer como categorias socioculturais da modernidade. **LICERE - Revista do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer**, Belo Horizonte, v. 5, n. 1, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/licere/article/view/1434> Acesso em: 04 jan. 2024.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

MARTINS, C. H. S; MELO, M. P. Políticas Públicas de Esportes para Juventude na Baixada Fluminense/RJ: Uma Discussão Introdutória. In: **Anais da 27ª Reunião Anual da Anped**, 2004. Disponível em: <https://www.anped.org.br/sites/default/files/t034.pdf> Acesso em: 04 jan. 2024.

MINAYO, M. C. S. Conceito de avaliação por triangulação de métodos. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza; ASSIS, Simone Gonçalves de; SOUZA, Edinilsa Ramos de (Eds), **Avaliação por triangulação de métodos**. Abordagem de programas sociais (p. 19-51). Rio de Janeiro: Fiocruz, 2005.

MOREIRA, D. Conferência Nacional de Juventude: levante sua bandeira. **Juventude.br**, n. 4, p. 48–49, 2007. Disponível em: <https://juventudebr.emnuvens.com.br/juventudebr/article/view/42> Acesso em: 04 jan. 2024.

NEVES, R. L. R. *et al.* Políticas públicas para minorias étnico-raciais, mulheres e juventude: notas introdutórias sobre as áreas de esporte e lazer. **Pensar Práticas**, v. 18, n. 4, 2015. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-912365> Acesso em: 04 jan. 2024.

NOGUEIRA, Q. W. C. "Esporte, desigualdade, juventude e participação." **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, vol. 33, no. 1, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbce/a/cxBnGgp53PszmSGfQLsZXfK/?lang=pt&format=html#> Acesso em: 04 jan. 2024.

NORONHA, V. (org.). **Pensando sobre políticas públicas de lazer para juventudes em contextos de vulnerabilidade social**: contribuições a partir de pesquisa em Ribeirão das Neves – Minas Gerais. Belo Horizonte: Editora, 2009.

NOVAES, R. C. R. Juventude e sociedade: jogos de espelhos. **Revista Ciência e Vida – Sociologia**, n. 2, 2007. Disponível em: https://dadospdf.com/download/juventude-e-sociedade-demandas-_5a4c9580b7d7bcab6719d8d8_pdf Acesso em: 04 jan. 2024.

PAIVA, S. S. **A importância do esporte e do bolsa atleta na vida do jovem**. 2019. 35 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Administração Pública) - Instituto Brasiliense de Direito Público, Brasília, 2019.

PEREIRA, D. W. **Pedagogia da Aventura**: os esportes radicais, de aventura e de ação na escola. Várzea Paulista: Fontoura, 2023.

RIBEIRO, E; MACEDO, S. Notas sobre políticas públicas de juventude no Brasil: conquistas e desafios. **Revista de Ciências Sociais**, v. 31, n. 42, 2018. Disponível em:

http://www.scielo.edu.uy/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0797-55382018000100107
Acesso em: 04 jan. 2024.

SALES, C. M. V. Juventudes e lazer: interações e movimento. **Linguagens, Educação e Sociedade**, n. 29, p. 413-438, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufpi.br/index.php/lingedusoc/article/view/1356> Acesso em: 04 jan. 2024.

SPOSITO, M. P; CARRANO, P. C. R. Juventude e políticas públicas no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, v. 24, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/dH674czshpNpQDsJ8vsJHLh/?lang=pt&format=html> Acesso em: 04 jan. 2024.

Como Referenciar este Artigo, conforme ABNT:

V. H. N. OLIVEIRA Propostas para a IV Conferência Nacional de Juventude: Direito ao Desporto e Lazer. **Rev. FSA**, Teresina, v. 21, n. 4, art. 10, p. 200-223, abr. 2024.

Contribuição dos Autores	V. H. N. Oliveira
1) concepção e planejamento.	X
2) análise e interpretação dos dados.	X
3) elaboração do rascunho ou na revisão crítica do conteúdo.	X
4) participação na aprovação da versão final do manuscrito.	X